

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CLAUDIO ANTONIO DE MAURO; MATEO RODRIGUEZ, JOSÉ MANUEL; RUA DE CABO, ARTURO.

Texto elaborado em 1995. Este texto expressa boa parte das idéias que embasaram nossas atividades administrativas à frente da Prefeitura Municipal de Rio Claro de janeiro de 1997 até o final de 2004. Os discursos elaborados durante o mandato e as práticas demonstradas na COLETÂNEA RIO CLARO: A Cidade Azul no Limiar do Milênio, os Relatórios das nossas Administrações Municipais, poderão ser avaliados, considerando-se os conceitos expressos neste texto que serviu de base para muitas palestras e atividades.

As presenças de dois Geógrafos Professores Doutores da Universidade de Havana foram indispensáveis para o amadurecimento destes conceitos e elaboração do texto, refiro-me ao Professor Doutor José Manuel MATEO RODRIGUEZ e Professor Doutor Arturo RUA DE CABO.

Com a ampliação das discussões sobre desenvolvimento sustentável, o Laboratório de Planejamento Municipal do Departamento de Planejamento Regional/IGCE/UNESP decidiu participar com o oferecimento de sua concepção do assunto¹. Para isso, em conjunto com os Professores da Universidade de Havana, Cuba, foi preparado um texto que tem orientado nossas reflexões e atos. Consideramos indispensável, desideologizar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, conforme é visto pelos Estados que participam da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir dessa desideologização, considerou-se a necessidade de ideologizar na perspectiva que interessa para o Planejamento Ambiental Municipal, conforme o trabalhamos. Desta forma, esta abordagem, se reconhece em sua carga de ideologia, aliás, o conceito de Planejamento. não pode ser concebido de forma diferente.

Os últimos anos do segundo milênio estão presenciando o aparecimento de um novo paradigma para a humanidade e para a ciência, o **desenvolvimento sustentável**. Partindo-se desse paradigma, tem sido elaboradas concepções, que além de permitirem a elaboração de concepções centradas na contradição entre desenvolvimento e meio ambiente, dirigem-se à buscar uma compatibilização entre formas de desenvolvimento sensíveis e

¹ MATEO RODRIGUEZ, J.; RUA DE CABO, A.; MAURO, C. A. de & CARVALHO, P. F. de - Desenvolvimento Sustentável: Paradigma Utópico ou Realizável? - Boletim Gaucho de Geografia. No Prelo. Porto Alegre.

de desenvolvimento insensíveis ao meio ambiente (SACHS, 1993)². Atrás da aparência, nesse debate, estão escondidas formas completamente diferentes de se compreender a organização da sociedade, implicando profundos embates ideológicos e políticos diferenciados. O presente artigo está voltado à discussão das diversas concepções sobre desenvolvimento sustentável, e a apresentação do ponto de vista destes autores sobre os caminhos da **praxes**, coerente com a essência de nossas concepções. Com a realização em 1992, no Rio de Janeiro da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), tem sido utilizado, cada vez mais o conceito de desenvolvimento sustentável (sustentado e sustentável). Esse conceito tem seus antecedentes na obra "*Nosso Futuro Comum*", publicada em 1987, que se constitui um documento de preparação da COMISSÃO BRUNTLAND sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. No referido informe, o desenvolvimento sustentado é definido, como o "*desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer aquilo que as futuras gerações precisam para satisfazer suas próprias necessidades.*" Esta definição se baseia em dois eixos conceituais:

- o da satisfação das necessidades básicas da humanidade:

-o de que os limites do desenvolvimento estão impostos pela organização tecnológica e social e por seus impactos sobre os recursos ambientais e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades humanas. Portanto, a tecnologia e a organização social podem ser administradas e melhoradas para criar uma nova era de crescimento econômico.

No mesmo informe se propõe que a busca do desenvolvimento sustentável requer:

-Um SISTEMA POLÍTICO que assegure efetivamente a participação cidadão na tomada de decisão;

-Um SISTEMA ECONÔMICO confiável que seja capaz de gerar excedentes e conhecimentos técnicos sustentados;

-Um SISTEMA SOCIAL que resolva as tensões originadas no desenvolvimento desarmônico;

² SACHS,I. (1993) - Estratégias de Transição para o Século XXI. "Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável". Editora Brasiliense, pp.29-56. São Paulo

-Um SISTEMA DE PRODUÇÃO que respeite a obrigação de preservar a base ecológica para o desenvolvimento;

-Um SISTEMA TECNOLÓGICO que capaz de buscar continuamente novas soluções;

-Um SISTEMA ADMINISTRATIVO que seja flexível e tenha a capacidade de se auto corrigir;

-Um SISTEMA INTERNACIONAL que fomente os padrões sustentáveis de comércio e finanças.

Na Declaração da Conferência das Nações Unidas, conhecida como "**Declaração do Rio**" foram apresentados os seguintes princípios fundamentais para desenvolvimento sustentável:

-o direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza dos seres humanos;

-a imbricada harmonia entre proteção do meio ambiente e desenvolvimento;

-a eliminação da pobreza como requisito indispensável;

-a redução e eliminação dos sistemas de produção insustentáveis e o fomento de políticas demográficas apropriadas, como via para alcançar o desenvolvimento sustentável.

A partir dessa conceituação se tem desenvolvido o conceito de **SUSTENTABILIDADE**, como a habilidade de um sistema econômico para manter a produção através do tempo, sob as presenças de repetidas restrições ecológicas e pressões sócio-econômicas, o que implica em conceber a conservação como base da produção.

Desta maneira, se consideram os seguintes fatores básicos para construir o conceito de sustentabilidade³:

-coerência ecológica: uso dos recursos naturais em função de suas aptidões;

-estabilidade sócio-estrutural: formas sociais de usufruto e posse da terra;

³ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro Comum. FGV. 1988. Rio de Janeiro.

- complexidade infra-estrutural: fluxos de entrada e saída das transformações do meio;
- estabilidade econômico-financeira: condições macroeconômicas de manejo dos recursos;
- Segurança à riscos: conhecimento e capacidade para o controle das perturbações.

Uma interpretação particular da criação de uma sociedade sustentável, foi sugerida em uma publicação conjunta de várias organizações internacionais (**HUMBERG, 1991**)⁴, com a elaboração de uma "**...estratégia para o futuro da vida.**" Segundo essa estratégia o desenvolvimento sustentável deve ser encaminhado para melhorar a qualidade de vida humana, dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas. Segundo eles, os objetivos que comportam o melhoramento da qualidade de vida são: uma vida longa e saudável, educação, acesso aos recursos necessários para um padrão compatível com a dignidade humana, liberdade política, garantia de direitos humanos e de proteção contra a violência. . Deste modo, a obtenção da sustentabilidade tem relações com objetivos políticos definidos, com um projeto para se conseguir o padrão de vida "*ocidental*", e a prevalência de um sistema "*democrático representativo*". Segundo tais princípios, um país que não siga tais preceitos (por exemplo Cuba ou Coreia Democrática), não pode alcançar um desenvolvimento sustentável, ainda que eles apresentam índices de saúde, educação e padrões de equidade capazes de mostrar uma qualidade de vida muitas vezes melhor do que países do chamado "primeiro mundo".

Esses preceitos servem, cada vez mais, como base para concretizar uma proposta de aliança global. O desenvolvimento sustentável representa uma peça fundamental para a consecução de uma composição política que envolva a hegemonia universal e soberanias limitadas. É um instrumento político de regulação do uso do território, e se converte em um paradigma para a obtenção da globalização na época atual do neoliberalismo desenfreado (**DAVIDOVICH, 1993**)⁵. Assim, por exemplo, **E. LEFF (1988)**⁶, sustenta que "*...como se pretende generalizar políticas e estratégias capazes de impedir a catástrofe ecológica global, devemos começar por reconhecer que ainda falta construir o suporte institucional de ordem global, capaz de*

⁴ HUMBERG, M.E. (1991) - Cuidando do Planeta Terra: uma Estratégia para o Futuro da Vida. Editora CL-A Cultural, Publicação Conjunta de UICN, PNUMA, WWF, 246pp. São Paulo

⁵ DAVIDOVICH, F. (1993) - A Propósito da ECO-Urb's 92: A Temática Urbana na Questão Ambiental. Geografia e Questão Ambiental. IBGE. pp. 13-23. Rio de Janeiro.

⁶ LEFF, E. - Ecologia y Capital. Editora Siglo XXI, 354pp. México.

viabilizar uma intervenção social e política de caráter global, que regule o funcionamento do mercado internacional." Não é possível o "...desenvolvimento sustentável em um só país."

Para essas aspirações geopolíticas de globalização do modelo ocidental homogeneizador do desenvolvimento sustentável, se contrapõe uma conceitualização do eco-desenvolvimento dirigida para oferecer respaldo às aspirações de auto-sustentação possível, em bases nacionais, articulada com uma proposta de erigir um modelo alternativo de desenvolvimento sustentável.

Paralelamente à Eco-92 aconteceu o FORUM GLOBAL-CIDADÃO DA RIO-92, convocado pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) de todo o planeta. Esse FORUM cristalizou com a elaboração da CARTA DA TERRA, centenas de documentos e trinta e três (33) tratados.

As organizações sociais, partiram do reconhecimento de que existe uma crise planetária global, baseada na sobre-produção, no consumo para uns, no sub-consumo e na falta de acesso às oportunidades para a maioria, e que dentre as alternativas, para solução desses problemas está a prioridade na abolição dos programas que mantêm o atual modelo de crescimento.

Essa crise se fundamenta na existência de um modelo atual de desenvolvimento desigual para as sociedades humanas, nocivo para os sistemas naturais. O modelo de desenvolvimento é entendido como "...formas de organização social para utilizar a natureza, tecnologias para levar a cabo essa utilização e exploração de acordo com os propósitos de crescimento econômico." (MEZA, 1992)⁷. Tal modelo se dirige à busca da eficiência e da competitividade à expensas do funcionamento e da diversidade dos sistemas naturais, afetando sua capacidade de suporte, impondo ritmos de pressão sobre os mesmos, incompatíveis com os tempos de reabilitação e regeneração da natureza.

Tal modelo é insustentável a médio e longo prazo, em virtude de quatro (04) fatores principais: crescimento populacional exponencial; diminuição das bases de recursos naturais; sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluidoras e de baixa eficiência energética; sistemas de valores que propiciam a expansão ilimitada do consumo material (**VIOLA**,

⁷ MEZA AGUILLAR, L. (1992) - Educación Ambiental ? Para qué ? Nueva Sociedad, pp.176-185. Caracas.

1992)⁸. O referido modelo civilizatório tem sido incapaz de deter e resolver os três problemas nodulares do ser humano contemporâneo: o incremento da pobreza; a expansão da crise existencial entre os cidadãos das sociedades industriais e a deteriorização ecológica do planeta (TOLEDO, 1992)⁹.

Assim, as Organizações Não Governamentais (ONGs) acusaram os governos de ajustarem-se a novos níveis de cooperação que garantam a manutenção dos princípios da lógica de reprodução, essenciais para o atual modelo de civilização, e a introdução de reformas capitalistas que vem protelando a resolução das contradições, resguardando os privilégios de poucos às custas dos sacrifícios de tantos outros. Ou seja, *os governos se propõe a ajustar o que está mal, para que tudo continue igual, segundo a ordem vigente.*

Neste sentido, é de ressaltar o fato de que a maioria das elites políticas latino-americanas subordinam a vontade ambientalista aos postulados neoliberais. Estes "*novos ambientalistas liberais*" aceitam o progresso econômico, como motor da sociedade e proclamam o mercado como o cenário privilegiado para as interações sociais, incluídas aquelas de gestão ecológica. Desta maneira, a natureza se converte em uma mercadoria. O problema ambiental, dessa forma, deixa de ser ético ou político, e assume um "*exclusivo*" caráter técnico, restando uma imensa dificuldade que é a **de encontrar uma boa fórmula para determinar o seu preço** (GUDYNAS, 1992)¹⁰.

Uma demonstração geral das limitações fundamentais da tese do Desenvolvimento Sustentável foi apresentada em sua "*Mensaje ante la Cumbre de Rio*" por Fidel CASTRO RUZ (1992 a e b)¹¹, ao assinalar o seguinte:

-seu caráter ambíguo, a medida em que identifica as disparidades sociais existentes no mundo atual mas, não reconhece os mecanismos que tem gerado essas desigualdades;

⁸ VIOLA,E. (1992) - El Ambientalismo Brasilenõ. De la Denuncia y Concientización a la Institucionalización y el Desarrollo Sustentable. Nueva Sociedad, nº 122, pp.138-155. Caracas.

⁹ TOLEDO,V. (1992) - Utopia y Naturaleza . El Nuevo Movimiento Ecológico de los Campesinos Indigenas de América Latina. Nueva Sociedad, nº 122, pp.86-103. Caracas.

¹⁰ GUDYNAS,E. (1992) - Los Multiples Verdes del Ambientalismo Latinoamericano. Nueva Sociedad, nº 122, pp.104-116. Caracas.

¹¹ CASTRO RUZ,F. (1992a) - Discurso pronunciado ma Conferência da O.N.U. sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Editora Política, pp. 1-3. La Habana..

CASTRO RUZ,F. (1992b) - Para que no se pierda la vida. Mensaje ante la Conferencia de la O.N.U. sobre Medio Ambiente y Desarrollo. Editora Política, 65pp. La Habana.

-a tendência de se considerar o Desenvolvimento Sustentável como uma fórmula na qual podem conciliar-se a conservação do meio, a igualdade social, o crescimento econômico e as forças do mercado;

-o fato de que a aplicação prática do Desenvolvimento Sustentável seja realizada pelas mesmas agências dominadas pelos países mais desenvolvidos e responsáveis em grande parte pelas atividades que causam as maiores deteriorizações ao meio global.

Em particular, na ECO/RIO/92 as Organizações Não Governamentais elaboraram o *"Tratado dos Modelos Econômicos Alternativos"* no qual acusam o Modelo Bruntland de Desenvolvimento Sustentável de perpetuar o estado neoliberal, esse modelo concentrador de riquezas, para o qual a expansão da produção representa uma finalidade em si mesma.

Os princípios do Modelo Alternativo são:

- deve inspirar-se nos modelos autóctones e nas comunidades de base;
- deve incorporar os sistemas alternativos de produção, processos de decisão e tecnologias originárias das comunidades autóctones;
- deve basear-se na auto-suficiência das comunidades, regionais e dos países;
- deve incrementar a formação de um sistema de repartição baseada na autonomia, na igualdade, na democracia e na solidariedade;
- deve organizar a vida e os indivíduos dentro dos limites dos recursos existentes no planeta.

Em essência, o Modelo Alternativo propugna uma interpretação de desenvolvimento sustentável, concebida como um desenvolvimento igualitário, auto-gestionário, autônomo, ecologicamente equilibrado e sustentado, para satisfazer as necessidades das populações e melhorar a qualidade de vida.

Segundo essa visão, a solução dos problemas ambientais passaria por:

-eliminação das desigualdades nas relações econômicas entre os países ricos e pobres, que se manifestam na desigualdade da repartição da riqueza socialmente produzida em escala mundial;

-construção de uma nova relação entre os homens e de uma nova relação homem-natureza;

-implementação de um processo de desenvolvimento em consonância com nossos valores culturais, nossas tradições e nossas potencialidades ambientais. Nele, o meio ambiente é considerado como um verdadeiro potencial produtivo para um desenvolvimento alternativo, estimulando o conhecimento científico de nossos recursos e de revalorização dos estilos culturais, com adaptação dos processos tecnológicos. Um desenvolvimento que instauraria formas alternativas de exploração, baseadas na: otimização da produtividade primária dos ciclos naturais; criação de uma tecno-estrutura adequada para transformação dos recursos e dos valores de uso naturais; e, maximização da produção primária de cada ecossistema.

Baseado no conceito de ecodesenvolvimento apresentado por Maurice STRONG em 1973 e revisto por Ignacy **SACHS** em 1974, Enrique **LEFF** em 1988 apresentou princípios conceituais e axiológicos da teoria sobre meio ambiente e desenvolvimento. Tratam-se de princípios muito bem sintonizados com as concepções contidas na Carta da Terra, assim expressos:

- 1- A valorização da diversidade biológica e a pluralidade cultural;
- 2- A conservação e potencialização da base ecológica do sistema de recursos naturais como condição para um desenvolvimento equilibrado e sustentado;
- 3- A valorização do patrimônio de recursos naturais e culturais e dos processos ecológicos a longo prazo, incluindo a solidariedade e provisão do bem estar das gerações futuras;
- 4- A abertura de opções e espaços de criatividade que facilitem a multiplicação de experiências e a busca permanente de alternativas para um desenvolvimento que respeite as características dos lugares;

- 5- A satisfação das necessidades básicas e da elevação da qualidade de vida da população, através do melhoramento da qualidade ambiental;
- 6- A prevenção de catástrofes naturais, industriais e humanas, geradas como efeito da degradação ambiental;
- 7- A percepção da realidade a partir de uma perspectiva global, complexa e interdependente, que permita compreender a multicausalidade dos problemas ambientais e articular os diferentes processos que intervêm no manejo integrado e sustentado dos recursos;
- 8- A distribuição da riqueza, do acesso a ela e ao poder através da descentralização econômica e da gestão participativa e democrática dos recursos;
- 9- O direito das comunidades e Nações de satisfazer as necessidades básicas de suas populações, elevando a qualidade de vida e a realização de suas aspirações, a partir de seus valores históricos e culturais, e através de diferentes projetos de desenvolvimento;
- 10- A produção de tecnologias ecologicamente adequadas e culturalmente apropriadas;
- 11- O fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades e da autodeterminação tecnológica dos povos;
- 12- O direito a participar na tomada de decisões que afetam as condições de existência e dos estilos de desenvolvimento de cada indivíduo e de cada comunidade;
- 13- A valorização dos aspectos qualitativos do desenvolvimento humano sobre os quantitativos do crescimento econômico.

Desta forma, a situação ambiental que atualmente prevalece teria que ser reconceitualizada em seus modos e padrões de vida. Deveria basear-se em princípios igualitários e de reciprocidade, que evitariam a superexploração e permitiriam o estabelecimento de mecanismos coletivos de controle e correção no manejo da natureza; a reformulação de todos os indicadores que descrevem o crescimento econômico e não a qualidade de vida. De outra parte, o enfrentamento dos problemas ambientais deveria ser diferenciado de acordo com os diversos padrões de desenvolvimento verificados no planeta. Assim, nos países do "Terceiro Mundo" a busca do Desenvolvimento Sustentável *"... é, antes de tudo, a busca do próprio desenvolvimento, entendendo-se por desenvolvimento não apenas o crescimento, mas a transformação das estruturas econômicas e sociais em busca da elevação da qualidade de vida da população e obtendo a progressiva formação de novos valores éticos."* (Fidel CASTRO RUZ, 1994,

*p. 14)*¹². Ainda que para o mundo industrializado e para as elites econômicas dos países subdesenvolvidos, a solução dos problemas ambientais, implique em *"... conseguir a substituição da cultura consumista ...por um modo de vida que, sem sacrificar no essencial seus atuais níveis materiais, tendo um uso mais racional dos recursos e uma significativa redução da agressividade contra o meio..."* (Fidel CASTRO RUZ, 1992 b, p. 13).

Em diversas ocasiões, se apresenta de forma muito forte a opinião de que para resolver a crise ecológica contemporânea é necessário imprimir uma mudança drástica na forma de organização social. *Assim, MAURO; CARVALHO & RIANI COSTA (1992)*¹³, argumentam *"A nossa resposta clara e definitiva é que a questão ambiental está colocando para a humanidade a necessidade de buscar novas formas de organização social... A construção da nova sociedade deverá estar embasada na negação da apropriação privada da natureza e da alienação material e espiritual do trabalho em relação aos meios de produção, aos processos produtivos e a repartição da riqueza socialmente produzida. Somente assim, poderemos perseguir objetivos que satisfaçam as reais necessidades do homem, principalmente enquanto ser social, em paz com a natureza."*

Independente das visões que existem sobre as formas de obter um novo modelo de desenvolvimento, o que está claro é que a população Latino-americana necessita mais recursos para desenvolver-se e alcançar um melhor nível de vida. Ao mesmo tempo, é necessário conservar os recursos naturais e sua produtividade. Surgem desta forma as seguintes indagações: Como poderemos obter mais da terra sem degradar o ambiente ? Como poderemos desenvolver-nos de forma equitativa e sustentável ? (EZCURRA, 1992)¹⁴.

Apesar de que as diversas visões sobre os modelos de desenvolvimento se diferenciem pela interpretação política e pela forma de organização social, está claro que ambas aceitam uma reconceitualização do desenvolvimento. Em ambas está explicitada a necessidade de: uma evolução na interação dos processos naturais, sociais e econômicos; entre os sistemas naturais-sócio-econômicos; e, uma nova ética para o estabelecimento de uma equidade econômica e social.

¹² CASTRO RUZ, F. (1994)- Discurso pronunciado ante la conferencia Global de Pequeños Estados Insulares. Granma, ano30, nº 90, pp.1. La Habana.

¹³ MAURO,C.A.de; CARVALHO,P.F. de & RIANI COSTA,J.L (1992) - A Questão Ambiental Demandando Novas Formações Espaço-Sociais. Laboratório de Planejamento Municipal/DPR/IGCE . UNESP. Publicação Interna: COLETANEA 001, pp. 1-4. Rio Claro.

¹⁴ EZCURRA,E. - El Ambiente en los Tiempos de Cólera. Ecología y Desarrollo en América Latina. Nueva Sociedad, nº 122, pp.128-137. Caracas.

Para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, três elementos básicos interatuam:

- as entidades que tomam decisões: os governos, as empresas e entidades econômicas;
- a população os produtores, aqueles que "usam" o capital natural;
- a ciência, como elemento capaz de influenciar na forma mais racional para uso dos recursos e colaborar com a elaboração do modelo de desenvolvimento.

Um novo modelo de desenvolvimento que alcance a harmonia nas relações Sociedade-Natureza e a equidade sócio-econômica deve basear-se nos seguintes elementos básicos:

- a conservação da integridade e da coerência ecológica;
- o ajuste da utilização dos recursos naturais à capacidade de carga e limites dos sistemas naturais;
- conceber o meio ambiente como um potencial produtivo, ou seja, a conceituação das bases geológicas da produtividade primária do meio natural;
- ter em conta o funcionamento a médio e longo prazo dos ecossistemas, ou seja, seu dinamismo, suas mudanças e sua transformação evolutiva;
- a coerência e respeito às diversidades culturais;
- a busca da otimização na configuração espaço-temporal.

A construção de um projeto civilizatório alternativo deve ser uma resposta urgente, frente aos alarmantes sinais de deterioração da qualidade de vida das grandes maiorias da população mundial e também da natureza. Devem ser aglutinadas todas as forças que apontam para uma civilização ecologicamente sustentável e devem ser abarcadas diversas formas de luta. A obtenção da sustentabilidade se marca no contexto da luta política; mas, de outra parte, deve estar baseada em construções cientificamente fundamentadas. A sustentabilidade não será conseguida de uma vez, muito pelo contrário, será obtida de forma gradual e por meio de diversas e variadas contribuições. Deve-se ter em conta a atual e prevalente correlação das forças políticas e econômicas. Parece pouco real, a construção de um **"modelo alternativo"**, principalmente ao nível reduzido de um único país. Portanto, parece mais lógica a utilização de vários caminhos que poderão ir conduzindo à sustentabilidade. Alguns deles são:

1º - acabar com a atual e predominante *"exploração ecológica"* do SUL subdesenvolvido por parte do NORTE, e a reversão da chamada *"dívida ecológica"*. *"O crescimento sustentável de que se fala é impossível sem uma distribuição mais justa entre todos os países. Não pode haver crescimento sustentável para uma parte do mundo e subdesenvolvimento para todos os demais."* (Fidel CASTRO RUZ, 1994). Aproveitando as propostas de CARVALHO; MAURO & RIANI COSTA (1993)¹⁵ ...devemos desenhar diretrizes que estabeleçam um norte para conter a destruição nas relações centro-periferia entre os países, manifestada na repartição desigual das riquezas socialmente produzidas em escala mundial...Nos diversos espaços sociais, em suas diversas escalas espaciais, as lutas deverão se nortear pelas seguintes diretrizes:

- a) Incorporar, como diretriz de curto prazo, o chamado *"custo ambiental"* como custo de produção, em qualquer e todo processo produtivo como forma de restringir/negar a degradação ambiental;
- b) minimizar a alteração do movimento natural da matéria e da energia em qualquer processo produtivo;
- c) privilegiar os recursos naturais e os processos produtivos que concentrem/utilizem a energia solar (considerada infinita na escala humana);
- d) incorporar "balanços energéticos" na avaliação de processos produtivos;
- e) incorporar progressivamente rendimentos econômicos proporcionais aos potenciais energéticos dos elementos construtivos dos processos produtivos;
- f) com a interação dos objetivos acima, perseguir progressivamente a identidade entre balanço energético e balanço econômico;
- g) incorporar os princípios acima na definição de escalas de produção e economias de aglomeração;
- h) incorporar os objetivos acima no arranjo dos assentamentos humanos;
- i) incorporar também os objetivos acima na produção de valores de uso;
- j) incorporar progressivamente a teoria do valor trabalho e conseqüentemente estabelecer o conceito de TERRA COMO CONDIÇÃO DE PRODUÇÃO.

2º- Para se obter um desenvolvimento sustentável com simultaneidade ao bem estar social e a uma determinada qualidade de vida é fundamental a instrumentalização de elementos reguladores e de controle que coadunem com a interação harmônica entre a natureza e a sociedade, sob um processo

¹⁵ CARVALHO,P.F.; MAURO,C.A. & RIANI COSTA,J.L. (1993) - A Questão Ambiental Demandando Uma Nova Ordem Mundial. In SOUZA, et. alii (orgs.). Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica. HUCITEC-ANPUR. São Paulo.

racional de ocupação do espaço. Nele, é reservado um papel fundamental para a Política Ambiental. Esta Política deve ser integrada pelo conjunto de instrumentos legais e institucionais que o Estado, em interação com a sociedade, põe em funcionamento para incidir sobre as tendências econômicas e sociais e alcançar o desenvolvimento sustentável. Elementos básicos da política ambiental são a Gestão Ecológica e o Planejamento Ecológico-Ambiental.

Desta maneira, uma política ambiental ideal seria aquela que conseguisse abranger um conjunto amplo de setores sociais, atuando em defesa da sobrevivência e da qualidade de vida, e expressando-se através de uma complexa gama de canais de participação (PÁDUA, 1992)¹⁶.

30- Isto nos leva a utilização dos mecanismos do Estado, do poder público, com o propósito de fortalecer a qualidade ambiental e garantir a sobrevivência ecológica a grande prazo. Entre estes mecanismos a Gestão e o Planejamento Ambiental possuem um papel fundamental.

O Planejamento Ambiental está se articulando de forma sistêmica, como um dos instrumentos principais da política ambiental e atualmente se conceitua sob a forma de quatro níveis devidamente integrados: a organização ecológica; a avaliação ambiental de projetos; a auditoria e peritagem ambiental; a gestão do modelo de Planejamento Ambiental. Ao conceber o Planejamento Ambiental como um complicado sistema instrumental e técnico-administrativo de caráter regulador das inter-relações Sociedade-Natureza, exige-se uma clara distinção das funções técnico-administrativas: de planejamento-administrativas; de execução e gestão; jurídica; de fundamentação científica; de participação e validação social.

Só um funcionamento coerente, dentro do campo da honestidade administrativa e da ética social e profissional, permitirá o cumprimento efetivo do papel de regulação das relações natureza-sociedade, do Planejamento Ambiental para conseguir o Desenvolvimento Sustentável.

40- Muitos dos exemplos de modelos alternativos, estão sendo obtidos ao nível local, com a participação decisiva das comunidades autóctones. O funcionamento de verdadeiras "*entidades ecológicas*" autônomas, autogestionárias, ecologicamente sustentadas, administrativamente viáveis, socialmente justas, energeticamente equilibradas, culturalmente assimiláveis, economicamente funcionais e promotoras de integração, é uma realidade

¹⁶ PÁDUA, J. A. (1992) -Espaço Público, interesses privados y política ambiental. Nueva Sociedad, nº122, pp.156-163. Caracas.

concreta existente em vários países da América Latina. A criação em Cuba a partir de 1993 das "*Unidades Básicas de Produção Cooperativa*", pode se constituir em um estímulo ao nível de todo o País. Em 1993, o Governo de Cuba adotou uma nova forma de gerenciamento da terra, para a maior parte daquelas administradas por empresas estatais (aproximadamente 80% do total das terras do País), mediante a criação das Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC). As UBPCs são entidades nas quais os trabalhadores recebem o usufruto da terra, e têm a possibilidade de administrar os recursos e a produção, determinando-se seus ganhos financeiros, na dependência dos ganhos na exploração agrícola. Até o presente momento, o Estado assume as funções de determinar o uso da terra, o volume de produção, os preços e a comercialização. Sem dúvida, estas experiências apontam ao fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades, à autodeterminação tecnológica dos povos, à descentralização econômica, e à gestão participativa e democrática dos recursos. Isso poderá ter repercussões locais e regionais, o que afiançará o crescimento paulatino das experiências de "modelos alternativos".

50- A questão ambiental, em grande parte tem sido um fator de mudanças significativas nas formas de organização da sociedade civil. Sua manifestação mais clara é a aparição das Organizações Não Governamentais (ONGs). Só no Brasil se contam cerca de cinco mil (5000) ONGs (**BERNARDES & NANNE, 1994**)¹⁷. Elas permitem a participação das pessoas na solução de problemas coletivos, propõe alternativas de desenvolvimento que nem os governos e nem as instituições tradicionais conseguem promover; são as vezes mais ágeis e eficientes que os governos, fiscalizam e complementam ao serviço dos órgãos oficiais. Contudo, é verdade que elas possuem muitos problemas. A falta de controle sobre as atividades das ONGs em diversas ocasiões tem dado lugar a casos de corrupção, oportunismos e fisiologismo. De outra maneira "*... em muitas ocasiões os grupos ecologistas tem sido transformados, de grupos de pressão à cúmplices da privatização da gestão ambiental.*" (**CHANTADA, 1992**)¹⁸. Não são poucas as ONGs que tem se convertido em Organizações "Neo" Governamentais. Mas, apesar disso, não há dúvidas de que esta forma de organização da sociedade civil, se constitui em um dos motores da construção de um "desenvolvimento alternativo".

¹⁷ BERNARDES,R. & NANNE,K. (1994) - O Brasil Organizado Funciona, Revista Veja, ano 27, nº 6, pp.70-77. São Paulo.

¹⁸ CHANTADA,A. (1992) - Los Canjes de Deuda por Naturaleza. El Caso Dominicano. Nueva Sociedad, nº122, pp.164-175. Caracas.

60- Nos umbrais do "Terceiro Milênio", em pleno auge do "pós-modernismo", com a trepidante derrubada no campo socialista e o predomínio das concepções globalizadoras, o ambiental se apresenta como um novo paradigma. Contudo, o problema ambiental é uma questão de caráter eminentemente sócio-político. Emerge dos conflitos de interesses e provém das situações de iniquidade social e desigualdade na distribuição do poder político (GUIMARÃES, 1992)¹⁹. Portanto, a questão ambiental está no centro do debate ideológico-político. Daí, trata-se de aglutinar a todas as forças progressistas que apontem para uma sociedade ecologicamente sustentável, enfrentando às forças conservadoras que defendem uma civilização depredadora..

Desta maneira, entende-se o desenvolvimento sustentável como aquele projeto que levará a humanidade a sua própria salvação, implicando num reajustamento nos comportamentos humanos, e nas formas de organização social, e para uma verdadeira harmonia entre homens (sociedade)-natureza. Não há outra forma de entendê-lo senão como uma alternativa realizável e necessária. ***"Se quisermos salvar a humanidade da autodestruição, há que se distribuir melhor as riquezas e as tecnologias disponíveis no planeta. Menos luxo e menos desperdícios em alguns poucos países, para que haja menos pobreza e menos fome em grande parte da Terra. Não mais transferências ao Terceiro Mundo de estilos de vida e hábitos de consumo que não se harmonizem com o meio ambiente. Faça-se mais racional a vida humana. Aplique-se uma ordem econômica internacional justa... Pague-se a dívida ecológica e não a dívida externa. Desapareça a fome e não o homem."*** (Fidel CASTRO RUZ, 1992a e b).

¹⁹ GUIMARÃES,R. (1992) - El Discreto Encanto de la Cumbre de la Tierra. Evaluación Impressionista de Rio-92. Nueva Sociedad, nº122, pp.68-103. Caracas.